

8ª VIGÍLIA NACIONAL DA JUVENTUDE CAMPONESA
PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL – 2019



APRESENTAÇÃO

Com as energias renovadas em 2019, celebramos a caminhada da Pastoral da Juventude Rural, que em 13 de março deste ano, completa 36 anos de lutas e de serviço à juventude do campo. Assim, reafirmamos nossa fé e nos preparamos para enfrentar os desafios na construção diária dos nossos sonhos de igualdade, dignidade, terra e pão à toda a juventude camponesa empobrecida deste país.

Celebrar, é ao mesmo tempo, recordar os desafios e as conquistas da juventude organizada, e para isso, a PJR, tem proposto, nos últimos anos que os grupos de todo o país se encontrem com o mesmo objetivo, e, portanto, chegamos à 8ª Vigília Nacional da Juventude Camponesa.

Nosso tema de reflexão está ligado ao tema proposto pela CNBB para a Campanha da Fraternidade de 2019 “Fraternidade e Políticas Públicas”, e o lema, como motivação bíblica: “Serás libertado pelo direito e pela Justiça” (Is 1,27). Para aproximar esta temática ao nosso cotidiano, é importante questionarmos: Que Estado queremos? Quais são as políticas públicas que contribuem para ampliação dos direitos e da justiça? Quais são as demandas da juventude camponesa?

O caminho é longo, mas juntos e em comunhão no estudo, na reflexão e na prática, organizados a partir de nossos grupos de jovens resistiremos na garantia de nossos direitos e avançaremos na construção do Reino de Deus.

Que tenham todos ótimos encontros!

Utilizem e repliquem o roteiro para todos os grupos de jovens deste Brasil!

Com carinho, Equipe Nacional de Formação.

8ª VIGÍLIA NACIONAL DA JUVENTUDE CAMPONESA

Tema: Que estado queremos?

Tema transversal: “Fraternidade e Políticas Públicas”

Lema: “Serás libertado pelo direito e pela Justiça” (Is 1,27)

Local: Em todos os grupos de base, vivência e GPR da PJR.

Quando: dia 13 de março 2019 / durante todo o mês de março de 2019

1. Ambiente

Em ambiente fechado ou ao ar livre, preparar o espaço com os símbolos da PJR, bandeiras da PJR e outras organizações parceiras, instrumentos de trabalho, vela, bíblia, água, terra, plantas, alimentos, etc.

A partir da arte símbolo da 8ª Vigília, preparar elementos que simbolizem uma árvore com as palavras dos direitos escritas.

2. Acolhida

Sejam todos e todas muito bem-vindos e bem-vindas a esta celebração! É um grande momento de alegria poder estar aqui reunidos em grupo em vista da celebração do 36º aniversário da Pastoral da Juventude Rural. Nesses anos de caminhada, a nossa organização contribuiu e ainda tem contribuído na vida de muitos jovens (*deixar que espontaneamente os participantes possam dizer como a PJR contribuiu na sua vida e de outros jovens*).

Nessa vigília, além de celebrar, vamos ter um importante espaço de reflexão sobre a garantia de nossos direitos fundamentais e as necessidades de políticas para a sua concretização. Que estejamos de coração e mente abertos e possamos nos preparar para nosso trabalho durante o ano.

3. Mística

Entoa-se um canto (Pode ser outro refrão conhecido do grupo)

*“Eu quero morar, numa casinha feita a mão,
Agrofloresta para poder plantar o que eu quiser
E andar de pé no chão...” (2x)*

A cada repetição do canto as juventudes entram na roda trazendo símbolos que representem as políticas públicas conquistadas nos últimos anos e/ou, principalmente as que se referem aos direitos das juventudes. (Direito de votar aos 16 anos, Política Nacional de Juventude, Conselho Nacional de Juventude, Estatuto da Juventude, Programa de Cotas, Programa Universidade Para Todos, Pronera, SISU, Pronatec, Pronacampo, Programa Bolsa Permanência de Estudo Qualificada, etc), uma de cada vez, e contextualizando o processo de conquistas e ameaças as quais se encontram na atualidade. Destacar também a ausência das políticas públicas fundamentais para a promoção da autonomia e permanência das juventudes no campo (acesso a terra, a água, a moradia, a educação do campo contextualizada, a cultura, etc.).

4. Sugestão de música: (pode-se recitar o hino)

Hino do III Congresso Nacional da PJR:

1) Somos jovens camponeses. / Sair do campo? Não, senhor. / Vivemos da agricultura, / mãos calejadas, sim senhor. / Queremos a terra demarcada, / soberania alimentar. /Ter bons acessos nas estradas, /Poder no campo estudar. /E viver sem violência, /queremos terra pra plantar, /Ter acesso a energia /e água pra sede saciar.

Refrão: /:O Camponês de Nazaré, / nessa luta nos reuniu, / Vem conosco caminhar / pela Terra Livre Brasil. / Juventude camponesa, / em marcha segue a lutar / Por Terra Pão Dignidade, / na construção do Projeto Popular. :/

2) Nossa luta e contra o latifúndio, / contra o veneno e a injustiça, / combatendo o agronegócio, / onde pulsa o poder da cobiça. / Permanência do jovem no campo / garantindo sua autonomia, /Cooperando com a Mãe Terra/ que grita por agroecologia. / Reforma agrária, trabalho humano, / produção e resistência, / lutar por nossos direitos, / É a nossa insistência.

5. Tema de estudo: FRATERNIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Dinâmica: A sugestão é dividir em 3 grupos e cada um ler e debater um dos textos. Fazer um momento final onde se partilha o debate realizado à todos. Se o número de participantes da vigília for pequeno pode-se escolher apenas 1 dos textos para estudo (os demais podem ser usados em outros encontros).

Texto Base 1:

POLÍTICA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A vida da classe trabalhadora no Brasil é marcada por muitas expressões de desigualdade: desigualdade de renda, de gênero, de acesso a bens e serviços, de acesso à riqueza. A superação dessas desigualdades envolve uma relação e conflitos entre a população, os governos e representantes do setor privado (bancos, agronegócio e multinacionais).

Se observarmos bem essa relação no nosso cotidiano, identificamos que os governos arrecadam impostos. Existem vários tipos de “impostos” e “contribuições” que geram o que chamamos de “receita” e está disponível na mão do Estado. As arrecadações feitas pelo Estado, de forma simples, são o que compõe o “fundo público”, que é base do financiamento das políticas públicas.

As políticas públicas resultam de processos de decisão e ação governamental. Surgem a partir de problemáticas e necessidades sociais, políticas e econômicas de um país. Políticas públicas sociais, especificamente, nascem para atender aos direitos fundamentais que essas necessidades representam, divididas em setores como: saúde, educação, moradia, saneamento básico, trabalho, previdência, assistência social. A principal função das políticas públicas é garantir a promoção da justiça contando com investimentos para a realização de um sistema de proteção social.

Uma nação com altos índices de pobreza e de concentração de terra e renda tem em mão uma grande dívida social com as populações expropriadas, empobrecidas. No entanto, cada governo atua frente à essa questão a partir de princípios políticos e ideológicos.

Cada tempo histórico, o fundo público será direcionado para as prioridades dos governos, conforme sua orientação política:

- podem ser mais revolucionários emancipatórios, progressistas. Esses governos, mais populares investem em ações que promovem justiça social: redistribuição de terras, renda, políticas sociais como aquelas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar camponesa, de práticas agroecológicas;
- voltados para a ditadura política e econômica do grande capital, que são governos privatizantes com viés de mercantilização da vida social, como é o caso dos governos de perfil neoliberal. Os governos neoliberais, ditatoriais investem no mercado: na concentração de terra, na grande produção como é o caso do agronegócio, da grande produção para exportação, dos grandes empreendimentos que promovem concentração de renda.

Desse modo, os governos irão priorizar as áreas que atendam os interesses dos seus aliados.

Essa realidade significa que nem todo investimento em desenvolvimento econômico de um país vai promover justiça social, vai favorecer a vida dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, dos camponeses e das camponesas. Pode inclusive, aprofundar as desigualdades e ampliar os índices de pobreza no campo e na cidade, quando se amplia exploração da força de trabalho e a expropriação de terras.

Ou seja, investimentos em política social constitui condição para garantir o desenvolvimento econômico de uma nação: formas saudáveis de produção de alimento promovem a geração de renda e promoção de saúde, acesso à educação de qualidade e formação profissional protegem as famílias, a infância e a juventude da violência, investimento em saneamento básico reduz riscos de adoecimento da população, previdência reduz a pobreza entre as populações idosas. Esses são alguns exemplos de prioridade de investimento no ser humano e na preservação da natureza e não na produção de lucros.

Reflexão:

- a) Investimentos em setores que atendam direitos sociais da população como: saúde, educação, acesso a terra e ao trabalho podem promover e facilitar o desenvolvimento econômico de um país? Por que?
- b) Qual o papel da agricultura familiar camponesa para o desenvolvimento rural?
- c) Quais são as políticas públicas e ações mais importantes que ajudam a permanência da juventude no campo?

Texto Base 2:
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS POVOS DO CAMPO NO GOVERNO
BOLSONARO

As políticas públicas constituem o retorno do dinheiro e parte da riqueza repassada pela própria população para as mãos do Estado. Nessa ida e volta do dinheiro público em forma de serviços, programas e incentivos governamentais, existe uma espécie de pacto social firmado com pessoas eleitas pela população e toda máquina pública que nos representa. Essas tornam-se responsáveis pela tomada de decisões que determinam o modo de agir das instituições e órgãos governamentais, como é o caso dos ministérios, secretarias.

Cada governo (federal, estadual, municipal) toma decisões e dá a direção para os investimentos do dinheiro público. No entanto, uma parte dessas decisões deve ser submetida à aprovação de diversas instâncias no nosso país, como é o caso do Congresso Nacional, assembleias legislativas, câmara de vereadores onde estão os componentes do poder legislativo (deputados, senadores, vereadores). Essa estrutura de poder e governamental: poder executivo, legislativo e judiciário exige que estejamos atentos/as ao trabalho desses sujeitos.

Pois bem! Ao considerarmos o discurso de campanha, o plano de governo do atual presidente e suas primeiras ações, já podemos chegar à conclusão que os camponeses e as camponesas passam por um momento muito desafiador.

A população brasileira, especialmente os mais pobres, vem enfrentado muitos retrocessos no que se refere aos direitos sociais, desde a tomada do poder pelo Vice-presidente Michel Temer diante do grande golpe institucional realizado para retirada da presidenta Dilma em 2016.

São ataques aos direitos trabalhistas, à saúde, à educação e tantos outros. Eleito em 2018, assumindo o poder em 2019, o governo Bolsonaro radicaliza nos primeiros dias de governo esses retrocessos, ao reestruturar toda a máquina do poder executivo, escolhendo ministros e secretários alinhados à visão de mundo do seu projeto de governo que é de: “Ajuste fiscal” - corte radical de gastos passando pela redução de ministérios, conluís políticos para garantia da reforma da previdência, recuo em investimentos, favorecimento das grandes empresas e do agronegócio (ampliando o uso de veneno, enfraquecendo os direitos dos povos originários, camponeses, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, pescadores ao usufruto de suas terras),

Da infinidade de medidas tomadas que visam a mercantilização da vida – tornar água, terra, saúde, educação e aposentadoria em mercadorias, o atual governo incentiva o império do mercado e do lucro acima do bem comum, acima do princípio de gratuidade e universalidade.

Essas medidas atingem a vida dos camponeses e ameaçam as conquistas na direção da soberania alimentar do país. O compromisso do governo Bolsonaro é com o patronato urbano com o agronegócio, com a produção destruidora da vida e da natureza.

Desse modo, dá continuidade aos retrocessos iniciados pelo governo Temer, recuando nos investimentos em educação, saúde e pretende acabar com a previdência pública, afetando especialmente a aposentadoria rural.

Estamos em frente à verdadeira “destruição das políticas agrárias”, destruição dos direitos dos povos do campo. A “Frente Parlamentar da Agropecuária” com o apoio do atual governo, também conhecida como “Bancada Ruralista” é composta por parlamentares que têm atuado para flexibilizar processos de licenciamento ambiental, suspender a demarcação de terras indígenas, barrar a titulação das terras quilombolas e abertura para venda de terra a estrangeiros, o que leva à expropriação e empobrecimento dos povos do campo, levando-os a tornarem-se compulsoriamente trabalhadores assalariados ou escravos do agronegócio.

Em 56 dias de governo, 86 novos tipos de agrotóxicos foram liberados. Se em outras áreas, o governo Bolsonaro ainda patina para implementar suas promessas de campanha, no quesito libera-geral a Ministra da Agricultura e Pecuária, Tereza Cristina está dando um verdadeiro show. Com a liberação de mais 29 agrotóxicos no dia 21 de fevereiro, entre eles, estão substâncias perigosíssimas como o glifosato e o 2,4-D. O primeiro é cancerígeno, enquanto o segundo provoca alterações genéticas, malformações de embriões, neurotoxicidade, alterações hematológicas, distúrbios metabólicos e desregulação hormonal, de acordo com a literatura científica, conforme nos aponta a Campanha Permanente Contra o Uso de Agrotóxicos.

Precisamos de um modelo de produção agrícola que acabe com a fome, produzindo de maneira agroecológica e garantindo a soberania alimentar, respeitando os limites da natureza e a dignidade da vida humana.

Reflexão:

- a) Quais são os outros exemplos de retrocessos que o grupo visualiza no seu cotidiano? E como eles interferem no seu cotidiano?
- b) Qual a importância de estar organizado para lutar pela conquista de direitos?
- c) Quais são os principais espaços de organização social que estamos envolvidos junto a nossos familiares para entender enfrentar esses retrocessos?
- d) Quais são os sinais de esperança que nos ajudam e nos motivam a permanecer unidos em favor dos nossos direitos?

Texto Base 3:

REFLEXÃO SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

A Campanha da Fraternidade desse ano irá trabalhar com o tema do Estado e de Políticas Públicas, desse modo, cabe a nós enquanto Pastoral da Juventude Rural aproveitarmos a vigília dos 36 anos, para refletir sobre o desmantelamento do Estado Brasileiro desde 2016 e de como nós, juventude camponesa está vulnerável nesse processo com a diminuição das políticas públicas

É fato e notório que estamos vivendo um desmantelamento e aniquilamento do Estado Brasileiro desde o golpe de 2016, em que retirou a presidenta Dilma eleita democraticamente nas urnas, colocando na Presidência da República Michel Temer e sua equipe. Com a eleição de Bolsonaro com uma forte ajuda das Fake News e dos escândalos de corrupção, que vem tomando as manchetes da imprensa nos últimos tempos nós temos um aprofundamento de políticas sociais anti-povo, portanto uma diminuição ainda maior do Estado brasileiro com uma política econômica neoliberal, que causou tanta fome e miséria na América Latina como um todo, especialmente no Brasil nos anos 90.

Vale ressaltar, que com a Emenda Constitucional 95, que corta os gastos públicos progressivamente de acordo com a inflação tem se diminuído os investimentos em educação, saúde e segurança. Sabemos também, que é a classe trabalhadora, sobretudo os povos do campo que mais acessam as políticas de saúde pública. Assim, a redução do orçamento implica em desmantelamento do SUS e suas políticas nacionais

de saúde desde a atenção básica até os atendimentos de maior complexidade, resultando na falta de humanização no atendimento, ausência de medicamentos, entre outros.

A juventude empobrecida que vinha tendo acesso as universidades começaram a ter sua permanência ameaçada devido aos cortes de orçamento na educação diminuindo a política de assistência estudantil. Somado a isso estão os cortes no Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA). A demanda do programa era na ordem de 24 milhões, no entanto, durante o ano de 2018 o repasse foi na ordem de 2 milhões de reais. Evidencia-se que a intenção do governo Temer era de ir acabando com o programa por meio de um processo de asfixia orçamentária. Por fim, o governo de Bolsonaro destinou em torno de 6 milhões de reais para o Pronera. Tudo isso, tem dificultado a conclusão dos cursos em andamentos e impedido a abertura de novas turmas.

Além disso, temos uma reforma trabalhista e terceirização aprovada, extinção do Ministério do Trabalho. Assim sendo, estão em vulnerabilidade justamente aqueles que ocupam os postos de serviços mais precários, ou seja, a juventude da classe trabalhadora. Tem se intensificado o processo migratório para outras regiões, inclusive para postos de trabalho que colocam o povo em condições análogas à escravidão (construção civil, agronegócio, trabalho doméstico) sobretudo, jovens, mulheres e a população negra.

Vale lembrar que, na secretaria de Assuntos Fundiários que também acompanha a gestão do INCRA o responsável é Nabran Garcia. Esse por sua vez, é presidente da União Democrática Ruralista (UDR), na prática é uma organização formada por ruralistas. Desse modo, o incumbido de realizar os processos de reforma agrária e de suas políticas públicas é justamente um representante de uma entidade que historicamente se mostrou contrária a tudo isso. Demonstrando que esse governo claramente está voltado para o agronegócio em detrimento da agricultura familiar camponesa.

Além disso, a reforma do ensino médio que ao retirar do currículo a obrigatoriedade do ensino das disciplinas de história, geografia, filosofia e sociologia negligencia o estudo reflexivo e crítico da sociedade. O que dificultará cada vez mais o ingresso dos estudantes das escolas públicas na universidade. Vale lembrar a mensagem do Rodrigo Veles atual ministro da educação: “ a universidade é para uma elite intelectual”, mas quem define o que é elite intelectual? Quais são os critérios? Será o mérito? A mensagem na verdade é muito clara que a universidade não é lugar de pobre.

Outra medida de grande impacto negativo para os trabalhadores/as foi a medida provisória 870 que extingue o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, órgão este responsável pela articulação e mobilização de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, controle social, e promoção da soberania e segurança alimentar das populações em situação de vulnerabilidade social.

Temos um Estado altamente opressor que ceifa vidas de todas as formas, seja com um fuzil como aconteceu recentemente no morro do Fallet no Rio de Janeiro em que a Polícia Militar matou 13 jovens, seja como no crime da Vale em Brumadinho por omissão do Estado em fiscalização, seja pela flexibilização do porte de arma no país e também sufocando a classe trabalhadora com a redução de políticas públicas básicas necessárias para o bem viver.

As Políticas Públicas de promoção da dignidade humana são extremamente importantes na diminuição os índices de desigualdades sociais. Portanto, fundamental na construção de uma sociedade livre, justa e democrática.

Reflexão:

- a) Como o fim dessas políticas interferem na permanência da juventude no campo?
E se tem provocado um processo de fluxo migratório nas comunidades?
- b) Quais são as expressões de resistência presentes em seu território, principalmente da juventude?

6. Oração/mística de encerramento

Preparar pequenos relatos de experiências das juventudes que conseguiram ingressar nas universidades públicas ou privadas por meio de políticas públicas (filhas/os de agricultores/as, de pedreiros/as, empregadas domésticas...), graduados, mestres, doutores se possível as/os que são da PJR, os que conquistaram seu pedacinho de terra e estão vivenciando a agroecologia nas suas comunidades.

A cada relato apresentado trazer junto uma muda de planta, como símbolo da semente plantada que germinou e deu frutos, da luta e organização das juventudes do campo e da cidade, a qual precisa-se ser alimentada e renovada todos os dias a luz da resistência das juventudes por seus direitos.

Pode-se cantar a música:

“Eu creio na semente, lançada na terra, na vida da gente, eu creio no amor...”

7. Oração final

Adaptação da Oração da VIII Assembleia Nacional da PJR Laura e Uedson

*Jovem camponês de Nazaré!
Caminhas conosco nessa luta pela Terra Livre Brasil:
um Projeto Popular
que contribui na encarnação da justiça do Reino.
Abençoe a Juventude Camponesa,
Que celebra 36 anos de existência da PJR
Como discípulos e discípulas, rosto jovem da Igreja.
Somos filhos e filhas da Mãe Terra e de um povo marcado pela dor, resistência e luta
pela liberdade.
Queremos através do serviço jovem,
do trabalho roceiro e da militância na sociedade
fermentar o novo amanhecer.
Seguimos teimosos: cuidando da terra manchada de sangue, mas preta e fértil;
participando da comunidade, espaço de cultivar a mística e a luta; produzindo
soberania alimentar e resistindo ao projeto que destrói a vida das pessoas e da terra.
Que não haja nenhum camponês sem terra, nenhuma família sem casa e nenhum
trabalhador sem direitos.*

Amém! Axé! Auerê!